

DESIGNATION OF ORIGIN FOR PIRARUCU MAMIRAUÁ: PARTNERSHIPS AND MEANS OF IMPLEMENTATION

DENOMINAÇÃO DE ORIGEM PARA O PIRARUCU MAMIRAUÁ: PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

Tabatha Benitz¹; Ana Cláudia Torres Gonçalves²; Reinaldo Marinho da Conceição³; Rosangela Bentes⁴; Alexandre Guimarães Vasconcellos⁵

¹ Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá – Tefé/AM – Brasil – tabatha.benitz@mamiraua.org.br

² Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá – Tefé/AM – Brasil – ana.claudia@mamiraua.org.br

³ Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá – Tefé/AM – Brasil – reinaldo.conceicao@mamiraua.org.br

⁴ Inteligência Tecnológica Consultoria – Manaus/AM – Brasil – robentes39@gmail.com

⁵ Divisão de Pós-graduação e Pesquisa da Academia de Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento do Instituto Nacional da Propriedade Industrial – Rio de Janeiro/RJ – Brasil - alexguim73@gmail.com

Resumo

O pirarucu manejado tem ganho cada vez mais destaque no mercado alcançando, ao longo dos últimos cinco anos, um acréscimo no preço. Além disso verificam-se avanços no período para a conservação da espécie. No entanto, medidas para a consolidação do manejo e que garantam preço realmente justo que valorize a produção e o manejador ainda se fazem necessárias. Nesse sentido, estratégias com a Indicação Geográfica (IG) têm sido implementadas com o objetivo de ampliar as oportunidades de acesso a mercados, bem como uma ferramenta para contribuir na organização social dos manejadores e na qualidade do pescado. O presente trabalho aborda por meio de pesquisa documental e bibliográfica o histórico do processo da Denominação de Origem para o Pirarucu de Mamirauá, indicando alguns caminhos já traçados para a implementação da DO e potenciais caminhos futuros.

Palavras-chave: Denominação de Origem; Indicação Geográfica; Metodologias; Parcerias; Pirarucu.

Abstract

To consider the contributions of Geographical Indication as a component of bioeconomy value chains, this article seeks to address this connection from the point of view of adding value and efforts to reach the market in a disruptive way. The research is a case study and used an exploratory, qualitative, documentary, and bibliographic approach. As a result, both the first GIs granted and the most recent one's face challenges since their implementation; institutional arrangements are of paramount importance for its consolidation. It is concluded that, the sum of knowledge, experiences and vision of different actors who work in the value chains of both GIs and the bioeconomy, has a greater chance of creating a differentiated market, and GI can therefore be considered a disruptive solution establishing itself as a component of the bioeconomy value chain.

Keywords: Denomination of Origin; Geographical Indication; Methodologies; Partnerships; Pirarucu.

1. Introdução

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável foi adotada por 193 estados membros da Organização das Nações Unidas (ONU) (Resolução 70/1), partimos desse conceito já que o título do trabalho traz o objetivo 17: Parcerias e Meios de Implementação, no qual são tratadas questões de mercado, implementação e desenvolvimento de tecnologias, bem como, aumento da coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável, temas esses relacionados e importantes para o desenvolvimento de cadeias produtivas e de iniciativas como a busca de reconhecimento da Indicação Geográfica. Além disso, é importante também problematizar e refletir como a Bioeconomia tem sido pensada para as comunidades tradicionais e, nesse mesmo sentido, de que forma as políticas e agendas positivas podem contemplar essas populações.

A Indicação Geográfica visa, principalmente, distinguir a origem de um produto ou serviço, por meio da diferenciada qualidade e/ou a excelência da manufatura dos mesmos, ou através da fama de uma área geográfica pela comercialização ou obtenção de um determinado produto (NASCIMENTO, 2012). Para Arruda (2002), a presença de um selo de IG é uma verdadeira garantia para o consumidor, indicando que se trata de produto genuíno, cuja especificidade se deve à sua origem. Deste modo, os produtos com este sinal distintivo podem inspirar maior confiança ao consumidor.

Na Amazônia brasileira, diversos estudos sobre recursos pesqueiros apontam a relevância econômica e cultural da pesca do pirarucu (*Arapaima gigas*), para os ribeirinhos (AMARAL, 2007). Um percentual do pirarucu manejado da região de Mamirauá é comercializado anualmente em Tefé em feiras livres, local esse importante tanto para a consolidação do manejo quanto para a geração de renda. Nessas feiras ocorre a oportunidade da emissão de recibo e documentos de procedência (autorização de pesca, guias de trânsito e de comercialização) que permitem que o pirarucu possa ser levado para outros estados. Em 2022 cerca de 600 pessoas passaram pela feira do gigante amazônico e mais de 5 toneladas do pescado foram comercializadas, fornecendo um retorno no total de R\$ 48 mil aos pescadores envolvidos no manejo (MAMIRAUÁ, 2022). O pirarucu é um dos mais importantes recursos pesqueiros da região amazônica, se destacando como o peixe de maior interesse para as populações ribeirinhas, apresentando uma grande biomassa e agregando alto valor de mercado. Os pirarucus são hoje o principal recurso pesqueiro dos moradores da RDS Mamirauá, podendo representar quase 50% de todo peixe capturado para a comercialização (QUEIROZ, 2000).

Além das diversas normas que regulamentam o manejo, a prática sustentável do pirarucu baseia-se principalmente no modelo de manejo desenvolvido pelo Instituto Mamirauá, que determina fases importantes como: i) levantamento anual do estoque através das contagens (segundo modelo

definido em CASTELLO, 2004); ii) estabelecimento de quotas de pesca pelas autoridades licenciadoras, que correspondem a, no máximo, 30% do total de adultos contados; iii) e o cumprimento das regras de tamanho mínimo e defeso reprodutivo.

Em 2021 foi concedido pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) a denominação de origem para o pirarucu de Mamirauá. Nesse sentido, se faz necessário estabelecer estratégias e metodologias adequadas para implementação de processos como os da indicação geográfica que visam atuar como ferramenta de fortalecimento socioeconômico, com abordagem adaptada ao contexto amazônico.

2. Procedimentos Metodológicos

A metodologia utilizada foi a de estudo de caso por meio de pesquisa documental dos registros e participação em reuniões e oficinas desde a construção do processo para o reconhecimento da IG até seu atual estágio de implementação, considerando para as análises o período de 2018 a 2023. A pesquisa é exploratória, bibliográfica, documental e qualitativa, utilizando dados disponíveis em base aberta (vídeos, notícias e documentos oficiais) bem como em atas de reunião cedidas pela organização comunitária que gere a IG. Nas fases da pesquisa, conforme detalhado por Gil (1991), contextualiza-se o tema, apresentam-se os conceitos e mostram-se os problemas, resultados e possíveis soluções.

3. Apresentação, Análise e Discussão dos Resultados

3.1 Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá e o Manejo do Pirarucu

De acordo com o dossiê de notoriedade depositado no INPI, a região de Mamirauá compreende as áreas de várzea localizadas entre os rios Solimões e Japurá, tendo como confluência o Paraná do Auati-Paraná. Por apresentar características similares ao ecossistema da região central, esta área estende-se a outras planícies alagáveis laterais. Essa região abrange o limite de vários territórios protegidos, totalizando 3.239.117,2 hectares, representando 14,2% da região geopolítica dos nove municípios incluídos na discussão. É importante enfatizar que a região delimitada pela DO em questão possui uma grande peculiaridade. Trata-se da maior extensão de várzeas contínuas em toda a Amazônia brasileira e, provavelmente, de toda a bacia amazônica. Como existe uma grande extensão de várzea na região de Mamirauá, compreendendo porções do médio curso do Rio Solimões, o baixo curso do Rio Tefé, o baixo curso do Rio Japurá, o baixo curso do Rio Juruá, o baixo curso do Rio Jutai, e o baixo curso do Rio Içá, os pirarucus que vivem nestas populações locais permanecem toda a sua vida completamente imersos no ambiente de várzea. Isso se dá porque a espécie apresenta

baixa agilidade. Em outras palavras, estes animais deslocam-se por distâncias relativamente curtas a cada ano, considerando o grande porte que podem atingir, o que pode ser demonstrado pelos experimentos de marcação dos animais, ou pelos estudos de estruturação genética das populações (QUEIROZ, 2000). Portanto, estes pirarucus (Figura 1) vivem, se reproduzem e se alimentam por toda a vida num ambiente de grande abundância de alimentos. Isso lhes permite uma alta taxa de crescimento e lhes confere uma excelente condição corpórea, tornando sua carne bastante peculiar.

Figura 1 - Pirarucu (*Arapaima gigas*) e os manejadores



Fonte: Acervo Instituto Mamirauá (2023)

A produtividade pesqueira da bacia Amazônica é baseada principalmente na produtividade das planícies de alagação dos rios de água branca, a várzea. A várzea é extremamente produtiva porque recebe grande quantidade de nutrientes dissolvidos e em suspensão a cada alagação anual dos rios (JUNK; PIEDADE, 1993b) que podem alcançar 15 metros de amplitude (JUNK et al., 1989). O pulso de inundação é o fator chave nos processos ecológicos da várzea, que transformam periodicamente ambientes terrestres e aquáticos (JUNK et al., 1997). Essa dinâmica fornece uma variedade de habitats para muitas espécies de plantas e animais (JUNK; DA SILVA, 1997). Com isso, se constrói o nexo causal da DO (Figura 2), evidenciando a notoriedade da região e do pirarucu de Mamirauá.

Como já é bastante conhecido, Mamirauá abriga as maiores extensões de várzea amazônica do país, e, portanto, as maiores reservas de moluscos pomáceos. A abundância desta fonte nutricional na dieta dos pirarucus faz com que os adultos sejam bastante vermelhos, especialmente no período reprodutivo que vem logo após o pico de abundância de moluscos pomáceos (QUEIROZ, 2007). A respeito da coloração vermelha intensa, vale destacar que esse aspecto foi apenas caracterizado e não comparado com pirarucus de outras áreas.

Figura 2 - Nexo Causal do Pirarucu de Mamirauá



Fonte: Autoria própria (2023)

3.2 Processo de Depósito da Denominação de Origem

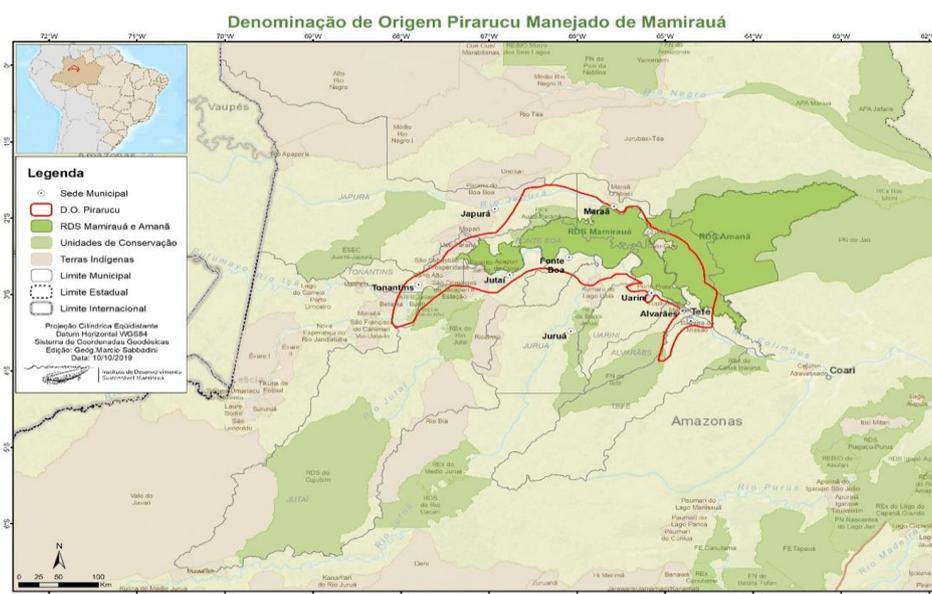
O processo de denominação de origem para o pirarucu de Mamirauá se iniciou a partir de uma reunião entre Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Instituto de Inovação e Tecnologias Sustentáveis (INOVATES) e Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM), no qual o Sebrae apresentou a proposta para a aplicação de diagnóstico de potencial para a indicação geográfica envolvendo o pirarucu.

Após aplicação do diagnóstico no qual ocorreu a consulta, impressões e anuência do grupo de manejadores e parceiros que sinalizaram que essa poderia ser uma estratégia positiva para vencer os desafios e avançar com a cadeia produtiva do pirarucu, a consultoria INOVATES avaliou o alto potencial para o processo de depósito apontando para Denominação de Origem (DO), uma vez que a organização do processo de manejo, diferencial do produto e região, além de engajamento e organização social dos manejadores, chamaram a atenção ao que foi elucidado pela consultoria como “uma IG quase pronta”. Com isso, foi organizada uma intensa agenda de reuniões para construção do processo, bem como para a complementação de captação de recursos. O processo foi financiado em sua maior parte pelo SEBRAE (70%) e que necessitava da contrapartida dos coletivos de pesca e parceiros (30%). Para elaboração dos dossiês de notoriedade e cultural, foi criado o grupo de trabalho chamado então de comitê técnico, composto por pesquisadores e técnicos do IDSM, bem como de parceiros de instituições como o Instituto de Desenvolvimento Sustentável de Fonte Boa e o próprio INOVATES.

O outro grupo de trabalho era o grupo gestor composto por lideranças das áreas de manejo e pela assessoria técnica. Esse grupo tomava decisões estratégicas para a elaboração dos documentos, bem como avaliava o material produzido do grupo técnico que participava das reuniões para apresentar o trabalho produzido. Além dessas, foram realizadas reuniões nos municípios potenciais

para delimitar a área da DO e outras de caráter mais geral para apresentar o andamento do processo para um grupo maior de pessoas e parceiros. Após a definição da área de delimitação da DO tomando por base de justificativa a necessidade da abrangência de toda a área de várzea que está na Reserva Mamirauá e em seu entorno, ficou estabelecido como território da DO a região de Mamirauá, compreendendo os municípios: Alvarães, Fonte Boa, Japurá, Juruá, Jutai, Maraã, Tefé, Tonantins e Uarini (Figura 3).

Figura 3 - Mapa apontando a área de delimitação geográfica da IG



Fonte: Autoria própria (2023)

Para gerir o processo e realizar o depósito foi criada a Federação dos Manejadores e Manejadoras de Pirarucu de Mamirauá (FEMAPAM) que teve sua primeira Assembleia em maio de 2019. A escolha pelo modelo de Federação se deu devido a possibilidade de filiação de associações a acordos de pesca que estão na área da IG, além de empresas, frigoríferos e outros interessados em fazer parte do arranjo e em comercializar os produtos com a IG. A Federação tem como missão: “Empoderar manejadores e manejadoras para um futuro melhor, assegurando preço justo, permanência no território, sustentabilidade da pesca e qualidade de vida por meio da representação política, agregação de valor do peixe e implementação e gestão da IG”.

O manejador e presidente eleito da Femapam, Pedro Canizio afirma que o projeto irá ajudar no combate à desvalorização do pirarucu manejado. "Precisamos agir para que nosso produto seja comprado de forma justa". Canizio também comemorou a criação da federação. "Esse momento de união de quase 20 mil manejadores vai trazer progresso e reconhecimento para o trabalho dos pescadores" (MAMIRAUÁ, 2019. Informação verbal)¹.

¹ Entrevista concedida por CANIZIO, Pedro.

O processo foi depositado em 2020 segundo o número de registro BR412020000009-0 (Base de Dados INPI, 2023) e após respondidas as solicitações de exigências do INPI, o pedido foi registrado em 13/07/2021. O fluxo abaixo apresenta um breve resumo do processo desde o início até o depósito (figura 4).

Figura 4 - Fluxo desde o diagnóstico até o depósito



Fonte: Autoria própria (2023)

O selo distintivo foi elaborado pela consultoria Inovates que de forma participativa definiu com os manejadores quais elementos faziam sentido e representavam o gigante Amazônico. O resultado foi um signo representando o pôr do sol, a dinâmica das águas (cheia e vazante) com destaque para o pirarucu (figura 5).

Figura 5 - Selo Distintivo da DO



Fonte: https://revistas.inpi.gov.br/pdf/indicacoes_Geograficas2636.pdf

3.3 Gargalos da Cadeia Produtiva do Pirarucu e os Desafios para Implementação da DO no Mercado

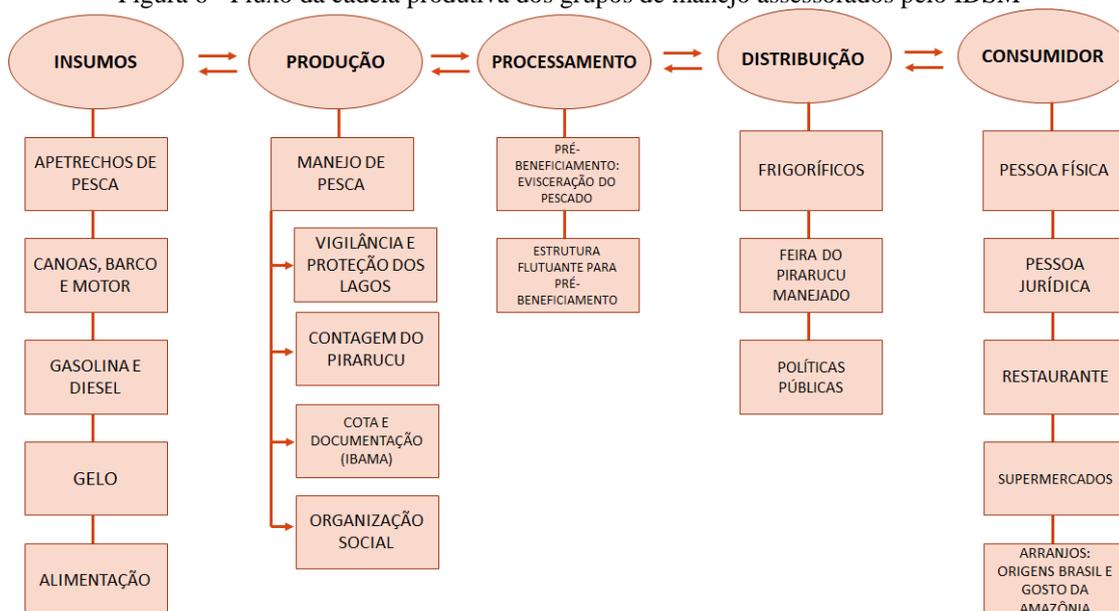
A cadeia produtiva é um conjunto de componentes interativos, incluindo os sistemas produtivos, fornecedores de insumos e serviços, indústrias de processamento e transformação, agentes de distribuição e comercialização, além de consumidores finais. (LIMA et al. 2002). Do ponto

de vista de Castro (2021), esclarece-se que os componentes de uma cadeia produtiva estão relacionados com o ambiente institucional que abrange as leis, normas e instituições normativas, além do ambiente organizacional que inclui as instituições de governo e de crédito, entre outras. Em conjunto, todos exercem influência sobre o desempenho da cadeia.

Desde 2014 os grupos de manejo, em todas as regiões, vêm enfrentando dificuldades para vender o pirarucu. Isso se deve principalmente pela concorrência com o comércio ilegal desta espécie que abastece constantemente o mercado e contribui para o baixo preço ofertado pelo produto manejado. Outro fator de grande influência é a existência de uma rede de atravessadores que por terem mais facilidades de acesso logístico, articulação e contatos que os grupos de manejo, conseguem chegar até aos proprietários de frigoríficos, propondo intermediar o processo de compra, garantindo a entrega da produção no estabelecimento, o que até o momento é uma lacuna que não consegue ser suprida pela maioria dos grupos de manejo, tanto pelo baixo poder de mobilização quanto pela carência de infraestrutura de embarcações com grande capacidade e em condições adequadas para efetuar o transporte da produção. Ao atuar nesta importante etapa da cadeia produtiva, o atravessador oferta um preço cada vez mais baixo e busca elevar sua margem de ganho com o aumento de escala (GONÇALVES et al., 2022, p. 95).

Todas as áreas de manejo nas diversas regiões do Estado têm como desafio atual a valorização do pirarucu, espécie alvo dos projetos de manejo dos recursos pesqueiros. E isso não depende apenas dos grupos de manejo, pois envolve diversos fatores, tais como: i) a concessão da venda da produção apenas na condição de peixe inteiro eviscerado “*in natura*”, o que exige uma grande logística para o escoamento da produção; ii) a falta de infraestrutura de armazenamento que permita a estocagem e a comercialização ao longo do ano; iii) o grande volume de produção ofertada em um curto período de tempo; iv) a concorrência com o pirarucu ilegal ofertado diariamente nas feiras e mercados; e v) a falta de infraestrutura adequada ao pré-beneficiamento da produção na comunidade, atribuindo melhores condições higiênico-sanitárias ao produto, de forma a atender as exigências e possibilitar o acesso a mercados dispostos a oferecer melhores preços por produtos obtidos de forma sustentável e com elevado padrão de qualidade (GONÇALVES et al., 2022). O fluxo (Figura 6) abaixo demonstra as principais etapas da cadeia produtiva dos grupos assessorados pelo IDSM na área da DO, trazendo as necessidades para que as etapas de insumos, produção e processamento aconteçam bem como ilustrar a forma que ocorrem as etapas de distribuição e consumidor.

Figura 6 - Fluxo da cadeia produtiva dos grupos de manejo assessorados pelo IDSM



Fonte: Próprios autores (2023)

A cadeia produtiva é um conjunto de componentes interativos, incluindo os sistemas produtivos, fornecedores de insumos e serviços, indústrias de processamento e transformação, agentes de distribuição e comercialização, além de consumidores finais. (LIMA et al. 2002). Com o registro da DO, vem à luz os desafios para que essa ferramenta seja implementada e de fato cumpra seu propósito de agregar valor no produto. Porém, são muitos os desafios, uma vez que a cadeia produtiva do Pirarucu é historicamente afetada por uma série de gargalos que podem se resumir de maneira bem geral em: a) Qualidade; b) Logística; c) Armazenamento, d) Gestão; e) Concorrência com o pirarucu ilegal e f) Arranjos comerciais justos.

O processo de implantação de uma IG exige arranjos institucionais e produtivos “permeados por um tipo de governança inerente à região em que se localiza” (DUTRA, 2009, p.10). Configura-se como um processo não linear, mas complexo, por abranger atividades múltiplas que demandam a atuação ordenada de agentes multi e interdisciplinares, envolvendo políticas públicas específicas, apoio de instituições de pesquisa, compartilhamento de experiências e de aprendizagem coletiva dos setores público e privado, entre outros aspectos (VELLOSO, 2008).

No ano de 2022 foi realizada a primeira comercialização com a DO, gerida pela FEMAPAM, sendo essa para uma empresa que pagou quase o dobro do valor (de R\$5,00 o kg passou para R\$9,00), o acordo responsável pela comercialização foi o Paranã Velho localizado na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã (RDSA). Para essa primeira experiência já foi utilizada a ficha de controle pelo conselho regulador. Além disso o presidente do conselho foi capacitado sobre todos os aspectos que deveriam ser observados.

3.4 Estratégias Atuais e Futuros Passos para Consolidação da DO

A partir de avaliação dos parceiros junto à diretoria, estratégias e metodologias vem sendo desenvolvidas para que a DO seja implementada. Pode-se destacar dentre elas: a) Plano de Negócios e Planejamento Estratégico da FEMAPAM elaborado de forma participativa, além de apoio na gestão via a Incubadora e Aceleradora Mamirauá de Negócios Sustentáveis; b) Produção de uma ficha de controle que resume o Caderno de Especificações Técnicas – instrumento que rege as regras necessárias para conferir a DO ao produto – (CET) e facilita o trabalho do conselho regulador; c) Formação baseada na educação popular e comunitária do Conselho Regulador e criação de núcleos multiplicadores do conselho nos nove municípios a fim de multiplicar o trabalho e vencer os desafios logísticos; d) Criação de taxas para federados e filiados bem como para aqueles que estão inseridos no território mas não desejam fazer parte da FEMAPAM e precisam de assessoria para aplicação do CET (a fim de fortalecer a substituta processual e criar possibilidade de acompanhamento para que a DO não seja afetada); e) Capacitação, estudo e busca de projetos para se desenvolver a cadeia produtiva dos subprodutos do pirarucu e a economia circular; f) Discussões acerca de infraestruturas adequadas - adaptando as condições de flutuantes de pré-beneficiamento atuais de acordo com as exigências do CET; g) Acompanhamento do processo de regularização de modelo de salgadeira, potencial para oferecer o produto com DO de forma diferenciada e por mais tempo ao longo do ano; h) implementação de bolsa de Agente Local de Inovação pelo Sebrae com plano de trabalho desenhado para potencializar a DO; i) Participação em fóruns, redes, eventos e coletivos que discutem a pauta do pirarucu e IG e j) Captação de recursos junto aos parceiros com projetos estruturantes.

Em relação em como implementar os caminhos propostos é necessário desenvolver um sistema de comunicação eficiente. Em uma das reuniões de diretoria da FEMAPAM, a vice-presidente Inês Lira comenta que “O território para a DO é grande, vamos precisar desenvolver maneiras de nos comunicarmos e trabalharmos em equipe mesmo com essa distância, a união de todos pode trazer os resultados que estamos há anos lutando alcançar com o pirarucu” (Informação verbal)².

Algumas estratégias de comunicação têm sido utilizadas, como a criação de grupos de WhatsApp no qual a diretoria da FEMAPAM informa sobre suas reuniões e capacitações (o sinal de internet é bem escasso, porém os manejadores vão com certa regularidade à cidade e dessa forma se atualizam sobre os comunicados). Também são utilizados anúncios em programas de rádio e comunicações diretas em reuniões setoriais nas quais tanto a diretoria quanto filiados da federação levam os informes de reuniões e atualizam os demais sobre os trabalhos em andamento.

² Entrevista concedida por LIRA, Inês

O conselho regulador é formado por membros da diretoria, com um presidente dedicado a essa tarefa, e instituições de assessoramento técnico. O conselho é a instância que verifica se as regras estabelecidas no CET estão sendo aplicadas e, para isso, os membros visitam as áreas de manejo que pretendem utilizar a DO e verificam se são necessárias adequações tanto na infraestrutura quanto nas boas práticas. Além disso recolhem a documentação necessária (como por exemplo autorização de manejo, comprovante do CNPJ e filiação do grupo à FEMAPAM). O presidente do conselho regulador, Rodrigo Oliveira, em uma das reuniões da Diretoria da FEMAPAM pontuou estratégias para atuação do conselho regulador:

Temos que nos reunir com frequência, capacitar nossa diretoria e lideranças do manejo com as regras do CET e buscar projetos para melhorar as condições e qualidade do nosso pescado". Uma solução pode ser de a longo prazo estender a tarefa do conselho regulador para as lideranças dos acordos de pesca, assim conseguiremos atender mais áreas e multiplicar nossa atuação (Informação verbal)³.

A fala do Rodrigo apresenta uma estratégia importante de atuação do conselho regulador a fim de vencer o desafio logístico para acompanhamento de 9 municípios envolvidos na DO. Além disso, já vem sendo executadas capacitações/formações sendo essas facilitadas pelo IDSM, tanto com a diretoria quanto com o conselho regulador e uma abordagem metodológica importante para esses momentos é a utilização de ferramentas participativas com base na educação popular e a elaboração de uma tabela resumo das regras contidas no CET, facilitando a atuação prática do conselho regulador com o checklist das regras, contendo as seguintes colunas: Regra > Sim > Não > Observações.

Porém, é importante destacar que a denominação de origem pertence ao território e não à FEMAPAM. Esse ponto vem sendo bastante debatido como uma fragilidade das indicações geográficas, uma vez que sem o acompanhamento e fortalecimento da substituta processual pode ocorrer o uso inadequado da DO, além de dificultar o processo de gestão como um todo. Para essa questão, a FEMAPAM estabeleceu um sistema de taxas, divididas em duas possibilidades: para os filiados e federados e para aqueles coletivos que estão na área da DO que desejam assessoramento para cumprir as normas do CET mas não necessariamente fazer parte da FEMAPAM. A taxas tem o intuito de gerar renda para a federação e dar condições de sustentabilidade financeira para sua atuação.

Além dos pontos destacados acima, foi realizado em um projeto financiado pelo Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação (MCTI) e executado pelo IDSM no qual foi construída uma estrutura flutuante no modelo adaptado as exigências do CET e elaborado o plano de negócios, planejamento estratégico e mapeamento de mercado trazendo potenciais arranjos comerciais para o pirarucu bem como trazendo possibilidades de trabalhar futuramente com subprodutos do pirarucu

³ Entrevista concedida por

(língua, escama, couro, etc) tendo como base a aplicação de economia circular ao processo. As oficinas foram elaboradas de forma participativa com várias reuniões e oficinas contando com a participação da diretoria da FEMAPAM e manejadores, captando os olhares, demandas, estratégias e prospecção de futuro dos próprios atores envolvidos, gerando um documento com escopo técnico, mas que ao mesmo tempo representa e é de entendimento daqueles que irão utilizar e aplicar em suas atividades. No planejamento estratégico ficou definida a missão da FEMAPAM que vai além da gerência da DO: “Empoderar manejadores e manejadoras para um futuro melhor, assegurando preço justo, permanência no território, sustentabilidade da pesca e qualidade de vida por meio da representação política, agregação de valor do peixe e implementação e gestão da IG” (Informação verbal)⁴.

No planejamento estratégico foi realizado um breve mapeamento de parceiros (Figura 7) que a FEMAPAM possui, totalizando 32 instituições (entre governo, sociedade civil e organizações privadas), elucidando a força que a Federação tem para realizar articulações. Além disso, a FEMAPAM participa atualmente de importantes instâncias e iniciativas como por exemplo: Coletivo do Pirarucu, Origens Brasil, Conselho Nacional de Pesca e Aquicultura (CONEPA), Fórum Amazonense de Indicações Geográficas e Marcas Coletivas. A participação em redes e a consolidação de parcerias também têm sido consideradas como meios de se implementar efetivamente a DO.

Figura 7 - Reunião da FEMAPAM e parceiros



Fonte: Próprios autores (2023)

Para os próximos passos estão previstas ações discutidas nos planos criados: a) Elaboração de materiais de apoio para implementação da IG (cartilhas e peças de marketing para divulgação; b) Participação da Femapam em programa de incubação para se desenvolver enquanto negócio; c) Execução de projetos com recurso e captação para futuras iniciativas; d) Buscar novos arranjos produtivos; e) Ampliar os parceiros; f) Buscar financiamento para implementação e adaptação de

⁴ Entrevista concedida por

Flutuante de pré beneficiamento para atender ao CET; g) Investimento em projetos estruturantes para desenvolver a cadeia produtiva de subprodutos do pirarucu/economia circular e h) Continuidade nas articulações políticas e participação em redes.

4. Conclusões

Até o momento, conclui-se que são muitos os desafios para se implementar a DO, uma vez que os desafios da cadeia produtiva são históricos. Porém, as estratégias criadas, bem como a capacidade de articulação e parcerias da FEMAPAM, são fatores potentes para que o produto seja comercializado com a DO, valorizando seu acesso ao mercado. A formação continuada do conselho regulador, o fortalecimento em gestão da substituta processual, a execução de projetos estruturantes para solucionar gargalos da cadeia produtiva e da gestão e a prospecção de novos arranjos comerciais são demandas desafiadoras e de longo prazo para a efetividade da DO no mercado.

Agradecimentos

Agradecimentos aos atores indispensáveis para a realização do trabalho, a todos os manejadores e manejadoras que fazem parte desse processo e aos senhores Anselmo Buss Júnior (INOVATES), José Antônio Cardoso Fonseca (Sebrae) e Vinicius Picanço Lopes (MAPA) pelo trabalho de longo prazo desenvolvido junto ao IDSM. Agradecimentos também ao MCTI pelo apoio e financiamento às ações do IDSM, bem como de projetos voltados especificamente ao pirarucu.

Referências

AMARAL, E. S. R. A comunidade e o mercado: os desafios na comercialização de pirarucu manejado das reservas Mamirauá e Amanã, Amazonas-Brasil. **Scientific Magazine UAKARI**, v. 3, n. 2, p. 7-17, 2007.

ARRUDA, M. **A inserção de produtos no mercado**. Revista SEBRAE. Brasília, n. 6, set./out. 2002.

BRASIL. INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ – IDSM. **Indicação Geográfica do Pirarucu de Manejo de Mamirauá avança com criação de federação**. Disponível em: <https://www.mamiraua.org.br/noticias/indicacao-geograficao-pirarucu-manejo>. Acesso em: 31 mai. 2023.

BRASIL. INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ – IDSM. **19ª Feira de Pirarucu Manejado promovida por manejadores contou com assessoria do Instituto Mamirauá**. Disponível em: <https://www.mamiraua.org.br/noticias/indicacao-geograficao-pirarucu-manejo>. Acesso em: 31 mai. 2023.

BRASIL. INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL. **Consulta a Base de Dados INPI**. [Rio de Janeiro]: INPI. Disponível em: <https://busca.inpi.gov.br/pePI/>. Acesso em: 3 mai. 2023.

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA. **O Programa Bioeconomia Brasil – Sociobiodiversidade**. Portaria nº 121, de 18 de abr. de 2023.

CASTELLO, L. A method to count pirarucu *Arapaima gigas*: fishers, assessment, and management. *North American Journal of Fisheries Management*, v. 24, n. 2, p. 379-389, 2004.

DUTRA, D. M. R. **Ações públicas e privadas na implantação e desenvolvimento da indicação geográfica do café em Minas Gerais: evolução e perspectivas na visão de seus gestores**. 2009. 166f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Programa de Pós-graduação em Administração, Universidade Federal de Lavras, Lavras.

JUNK, W. J.; PIEDEDE, M. T. F. Herbaceous plants of the Amazon floodplain near Manaus: species diversity and adaptations to the flood pulse. *Amazoniana*, v.12, n.1, p.467-484, 1993.

LIMA, S. M. V.; FREITAS FILHO, A.; CASTRO, A. M. G.; SOUZA, H. R. **Desempenho da cadeia produtiva do dendê na Amazônia Legal**. SUDAM/Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UFPE. Belém, 2002.

NASCIMENTO, J. S.; NUNES, G. S., FIALHO, A. S.; BANDEIRA, M. G. A. Indicações Geográficas: Agregação de Valor aos produtos brasileiros e maranhenses. *Revista GEINTEC*, v. 2, n.4, p.353-364, 2012.

QUEIROZ, H. L. **Natural history and conservation of pirarucus, *Arapaima gigas*, at the Amazonian várzea: Red Giants in Muddy Waters**. PhD Thesis. School of Environmental and Evolutionary Biology. St Andrews University. St Andrews, Fife, Scotland, UK. 251p, 2000.

QUEIROZ, H. L. Classification of water bodies based on biotic and abiotic parameters at the várzeas of Mamirauá Reserve, Central Amazon. *Uakari*, v.3, n.2, p.19-34, 2007.

UNITED NATIONS. General Assembly. Resolution 70/1, 25 september 2015. "**Transforming our World: the 2030 Agenda for Sustainable Development**". Disponível em: <

http://www.un.org/en/development/desa/population/migration/generalassembly/docs/globalcompact/A_RES_70_1_E.pdf. Acesso em: 05 mai. 2023.

VELLOSO, C. Q. **Indicação geográfica e desenvolvimento territorial sustentável: a atuação dos atores sociais nas dinâmicas de desenvolvimento territorial a partir da ligação do produto ao território um estudo de caso em Urussanga, SC**. 2008. 166f. Dissertação (Mestrado em Agrossistemas). Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina.